



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682298 - MG (2021/0232066-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : TATIANA DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO : TATIANA DA SILVEIRA REIS - MG077713
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANDREZA APARECIDA ROSAS SEQUEIRA (PRESO)
CORRÉU : ALEXANDRE HENRIQUE CEZARIO FONSECA
CORRÉU : CLÉBER DO PRADO
CORRÉU : MAXSUEL MOISES DE SOUZA
CORRÉU : VANESSA PRISCILA GODOI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDREZA APARECIDA ROSAS SEQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.054672-7/000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 13/3/2021, teve a custódia convertida em preventiva e foi denunciada como incurso no art. 2º, *caput* e § 2º, da Lei n. 12.850/2013.

A impetrante sustenta que a acusada é mãe de três crianças, que dependem de seus cuidados, razão pela qual faria jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal.

Defende que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a ordenação e manutenção da custódia cautelar na espécie, reputando ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Afirma que seria necessária a reavaliação da custódia cautelar da paciente, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal.

Aponta que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal), principalmente ao considerar as condições pessoais favoráveis da ré.

Aduz que há excesso de prazo para formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão da paciente ou, subsidiariamente, a revogação da custódia cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem, na medida em que o Tribunal local limitou-se a rechaçar o conhecimento do *mandamus*, que fora utilizado como reiteração de outro *habeas corpus*.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO

CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência